



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025**  
**ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº. 1899/2025**

### **DO PREÂMBULO:**

**O MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS**, com sede administrativa na Avenida Júlio de Maílhos, 1613, Centro, da Cidade de Pontão/RS, CEP: 99.190-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. LUIS FERANDO PEREIRA DA SILVA**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Torna Público** aos interessados, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1.** Aquisição de gêneros alimentícios para a composição de cestas básicas, destinada à distribuição às famílias de baixa renda, em atendimento às demandas da Secretaria de Assistência Social do Município de Pontão/RS.

#### **2. PRAZO DO CONTRATO:**

**2.1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

#### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Mailhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 11.871/2023, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa, GILBERTO LAUERMANN, CNPJ: 05.726.509/0001-30, localizada na Av. Julio Mailhos, 1250, Centro, Pontão/RS, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de Pontão/RS.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A Secretaria de Assistência Social do Município de Pontão/RS fundamenta a necessidade de aquisição de alimentos para a distribuição de cestas básicas às famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, com base no dever constitucional de garantir a dignidade da pessoa humana e a assistência aos necessitados.

A distribuição de cestas básicas configura uma medida de caráter emergencial e assistencial, ocorrendo na mitigação dos impactos da insegurança alimentar que afeta parcela significativa da população em situação de risco. A ausência de suporte alimentar pode comprometer não apenas a dignidade das famílias, mas também o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A presente aquisição justifica-se, ainda, pela necessidade de execução das ações planejadas no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, alinhadas às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo a efetividade das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e à promoção da cidadania.

Diante do exposto, faz-se imperiosa a aquisição dos gêneros fornecidos necessários à composição das cestas básicas, onde atende de forma eficaz e tempestiva às demandas das famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes o mínimo existencial e promovendo o princípio da dignidade da pessoa humano.

#### **5. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1.** A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

#### **6. DA CONTRATADA**

Considerando a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios para as cestas básicas as quais serão fornecidas para as famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, a contratação da empresa GILBERTO LAUERMANN, CNPJ: 05.726.509/0001-30, localizada na Av. Julio Mailhos, 1250, Centro, Pontão/RS, revela-se plenamente justificada, pelos fundamentos que seguem:

A empresa possui estrutura e recursos adequados para atender às exigências da Administração Pública, como comprovado por sua experiência no fornecimento dos objetos contratados. Tal experiência, associada ao conhecimento do mercado local,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Mailhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

garante não apenas a conformidade com as especificações do contrato, mas também a segurança de que as entregas serão realizadas de maneira eficaz, com qualidade e dentro dos prazos.

Outro ponto relevante é a regularidade jurídica e fiscal da empresa, conforme comprovada por sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e pela apresentação de todos os documentos necessários à habilitação, garantindo a segurança jurídica do contrato administrativo e a observância dos princípios norteadores da Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência e moralidade.

Com base nos argumentos expostos, a contratação da empresa acima referida, encontra-se amplamente respaldada, uma vez que a mesma reúne os requisitos técnicos, a experiência comprovada e o conhecimento da realidade regional, condições indispensáveis para atender de maneira célere e eficiente às demandas da Secretária demandante.

### **7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

7.1. Autorizar a execução dos serviços;

7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;

7.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;

7.4. Efetuar o pagamento devido.

### **8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

8.1. A empresa contratada deverá realizar a entrega dos alimentos, sem custo de frete e descarga, no seguinte endereço: Avenida Júlio de Milhos, nº 1613, Centro, Pontão/RS, nos horários das 8h00 às 12h00 e das 13h00: 00 às 17:00, de segunda-feira a sexta-feira;

8.2. A empresa contratada deverá fornecer os alimentos conforme a necessidade da Secretária Municipal de Assistência Social, durante o período de vigência do contrato;

8.3. A entrega dos alimentos deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias uteis contados a partir da emissão da ordem de compra;

8.4. Executar fielmente o objeto do presente contrato;

8.5. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenção, acordo ou dissídios coletivos;

8.6. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;

8.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

8.8. Reparar e/ou corrigir os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

8.9. Manter durante toda a execução do contrato os serviços necessários para atender o objeto.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

### **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

### **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**9.1.** - O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal e emissão de cronograma de atividades atestadas pelo fiscal. O pagamento será por meio de depósito em contracorrente, mediante Ordem Bancária.

**9.2.** No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), e demais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

### **10. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**10.1.** A Empresa contratada deverá realizar a execução do objeto, na forma como descrita no Termo de Referência.

### **11. GESTÃO DO CONTRATO:**

**11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**11.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.3.** O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.4.** A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.

**11.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **12. ESTIMATIVA DO PREÇO:**

**12.1.** O valor estimado da contratação é de R\$ 31.710,00 (trinta e um mil e setecentos e dez reais).

<b>Item</b>	<b>Qtd</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor unitário de referência</b>	<b>Valor total de referência</b>
1	300	Feijão preto, tipo 1, embalagem de 1kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, informação nutricional, livre de sujidades, prazo de validade de acordo com a CNNPA	R\$10,70	R\$ 3.210,00
2	150	Arroz branco, tipo 1, longo, 5kg, não apresentar percentual de impureza acima de 5%, (grãos queimados, cascas, pedras e carunchos), cheiro forte, embalagem deve estar intacta acondicionada em pacotes de 5kg, com fabricação máxima de 30 dias. Validade mínima de 6 meses	R\$27,00	R\$4,50,00
3	150	Farinha de trigo especial, embalagem 5 kg, tipo 1, enriquecida de ferro e ácido fólico. Embalagens limpas, resistentes e não violadas, contendo dados de identificação e procedência, informações nutricionais. Com validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega.	R\$20,50	R\$3.075,00
4	150	Farinha de milho fubá, embalagem de 1kg, com ausência de umidade, sujidades fermentação e ranço, embalada em sacos plásticos transparentes, e rotulagem contendo informação nutricional. Validade mínima de 6 meses	R\$5,10	R\$765,00
5	150	Açúcar cristal, embalagem de 5kg, especial, origem vegetal,	R\$22,10	R\$3.315,00



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

		embalagem transparente, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação e prazo de validade. Prazo mínimo de validade 8 meses		
6	300	Óleo de soja, embalagem pet com 900 ml, refinado, 100% natural, não deve apresentar cheiro forte e intenso. Embalagem intacta. Fabricação máxima de 60 dias, validade mínima de 10 meses	R\$10,90	R\$3.270,00
7	150	Macarrão com ovos, tipo espaguete, embalagem de 500gr	R\$5,30	R\$795,00
8	150	Achocolatado em pó, enriquecido com vitaminas, embalagem de 370gr	R\$11,50	R\$1.725,00
9	150	Sal refinado iodado, embalagem de 1kg, em saco plástico transparente, no seu rótulo deve conter prazo de validade/lote.	R\$2,60	R\$390,00
10	150	Biscoito salgado integral, não ter gorduras trans. nem gorduras vegetal hidrogenada. Ter dupla embalagem para preservação do formato do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de fabricação, validade, e peso líquido, embalagem de 400gr	R\$6,40	R\$960,00
11	150	Fermento biológico seco instantâneo para pão, embalagem a vácuo, contendo 125gr de peso líquido. Prazo de validade mínimo de 12 meses	R\$8,90	R\$1.335,00
12	150	Leite em pó integral, embalagem com 400gr instantâneo, enriquecido no mínimo com vitaminas A e D, embalagem alemanizada. No seu rótulo deve conter informações glúten, tabela nutricional, modo de preparo, prazo de validade e lote.	R\$15,70	R\$2.355,00
13	150	Chimia de frutas, sabor variados, em potes de 400gr apresentando data de validade e lote	R\$8,20	R\$1.230,00
14	150	Café em pó solúvel instantâneo 200gr.	R\$19,90	R\$2.985,00
15	300	Sardinha com óleo embalagem com	R\$6,40	R\$1.920,00



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

		75gr		
15	300	Suco em pó 18gr sabor laranja, embalagem contendo data de validade e lote	R\$1,10	R\$330,00
<b>Valor total estimado/máximo admitido para a licitação: R\$ 31.710,00</b>				

### **13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL**

13.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações (Decreto Municipal n. °1899/2025).

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.2 Adotar-se-á para fins de Edital o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

### **14. DAS SANÇÕES**

**14.1.** Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

**09 - Secretaria Municipal da Assistência Social**

0902 08 244 1001 2070 - MANUTENÇÃO FUNDO MUN.ASSISTE SOCIAL E CRAS

3390 30 07 00 00 00 1500 - 41213-9 GENEROS DE ALIMENTACAO

### **16. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

**16.1. AUTORIZO** a publicação no **site** da municipalidade a presente contratação direta firmada entre o **MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS** e a empresa, **GILBERTO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

*Av. Júlio de Mailhos, 1613, Bairro Centro*

*Pontão/RS, CEP: 99.190-000*

*Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)*

LAUERMANN, CNPJ: 05.726.509/0001-30, localizada na Av. Julio Mailhos, 1250, Centro, Pontão/RS.

**Pontão/RS, 06 de fevereiro de 2025.**

**Luis Fernando Pereira da Silva**  
Prefeito Municipal de Pontão/RS